



NÓ PINTCHA

• ÓRGÃO DO COMISSARIADO DE ESTADO DE INFORMAÇÃO E TURISMO •

REDACÇÃO, ADMINISTRAÇÃO E OFICINAS: AV. DO BRASIL, CENTRO DE IMPRENSA — TELEFS.: 3713/3726/3728 — BISSAU



PAIGC-FRELIMO SAMORA MACHEL VISITA A GUINÉ-BISSAU E CABO VERDE

Bandeiras do PAIGC e da Frelimo decoram já as ruas de Bissau, onde se prepara um acolhimento caloroso ao Presidente Samora Machel, da República Popular de Moçambique, aguardado para uma visita ao nosso país, no início da próxima semana.

O dirigente moçambicano será recebido na nossa capital pelo Presidente Luiz Cabral, que chegará hoje a Bissau, finda a sua viagem à Europa para visitar a Jugoslávia e a Suécia.

É esperado hoje à tarde, na nossa capital, um emissário da Frelimo, para ultimar os prepa-

rativos da visita presidencial de Samora Machel, que deixará amanhã, domingo, o Maputo, rumo à Guiné-Bissau, acompanhado por uma comitiva de cerca de quarenta membros.

Embora o programa da visita não tenha ainda sido divulgado, informações colhidas pela nossa reportagem indicam que os Presidentes Luiz Cabral e Samora Machel usarão da palavra durante um comício que será organizado em Bissau. Espera-se também que o dirigente moçambicano, acompanhado pelo camarada Luiz Cabral, se desloque ao interior do País.

Da comitiva moçambicana fazem parte, além do Presidente Samora Machel, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Joaquim Chissano, o ministro das Finanças, membros do Partido, das Forças Armadas e do Governo provincial moçambicano, bem como altos funcionários de diversos departamentos, além de numerosos representantes dos órgãos de Informação.

SAMORA MACHEL À "ÁFRIQUE-ASIE":

"A NOSSA TAREFA PRINCIPAL CONSTRUIR UMA SOCIEDADE NOVA"

Os historiadores da África estarão todos de acordo para escreverem que o 25 de Abril de 1974, data do desmoronamento do colonialismo português, foi uma viragem na luta dos povos da África Austral para a sua libertação. Mas aqueles que estudaram a história da Revolução Africana aperceber-se-ão que o 25 de Junho de 1975 terá tido uma importância também primordial para a região, para o continente e para o Terceiro Mundo no seu conjunto.

Naquele dia, a tomada do poder pela Frente de Libertação de Moçambique, em Maputo, um novo modelo, o do «poder popular», vinha enriquecer o património teórico e prático da

luta contra o colonialismo e o imperialismo.

Uma das principais forças da experiência moçambicana é a sua sobriedade. Contrariamente ao que se passa em muitos países, a Frelimo deu sempre mais importância aos actos do que as palavras.

Esta experiência, que se pode considerar entre as mais rigorosas do ponto de vista ideológico e entre os mais radicais na sua prática quotidiana, nunca recorreu ao verbalismo nem à demagogia, quer para se fazer conhecer no exterior ou para suscitar entusiasmos efémeros entre as massas.

(Continua nas centrais)

Sindicalismo terminou ontem em Bissau o seminário sobre iniciação económica

Presidida pelo camarada Francisco Mendes, membro do Secretariado Permanente do Comité Executivo da Luta do Partido e Comissário Principal do Conselho dos Comissários, realizou-se ao fim da manhã de ontem, em

Bissau, a cerimónia solene de encerramento do I Seminário sobre Iniciação Económica organizado no nosso país.

Este Seminário, organizado pela Federação Sindical Mundial, com o apoio da União Nacional dos Trabalhadores da Guiné-Bissau (UNGTG), teve a participação de sindicalistas do nosso país, de Cabo Verde, Guiné (Conakry), Senegal, Benin, Mali, Níger, Gâmbia e Mauritânia. Orientaram os trabalhos o delegado da FSM, Maurice Gasteau, um representante da CGT de França, Philippe Zarifian, e

(Continua nas páginas centrais)

★ **SOLIDARIEDADE
DA R.D.A.
COM O NOSSO PAÍS**
(Pág. 2)

★ **PEDRO PIRES
CONSOLIDAR
A INDEPENDÊNCIA**
(Pág. 3)

★ **NÃO-ALINHADOS
CONDENAM
REGIMES RACISTAS**
(Pág. 7)

★ **ALFABETIZAÇÃO
UM EXEMPLO
A SEGUIR**
(Pág. 8)

TERMINOU VISITA À JUGOSLÁVIA E SUÉCIA

O PRESIDENTE LUIZ CABRAL REGRESSA HOJE A BISSAU

É esperado ao fim da tarde de hoje, de regresso a Bissau, o camarada Presidente Luiz Cabral, que acaba de efectuar uma visita de amizade à Jugoslávia e à Suécia.

Na Suécia, o Presidente Luiz Cabral teve conversações com o Primeiro-Ministro Olof Palme e com os outros dirigentes governamentais, sobre a ajuda sueca ao nosso país. Na Jugoslávia, discutiu com o Marechal Joseph

Broz Tito problemas da situação internacional, tendo tido reuniões sobre a cooperação bilateral, com o Presidente do Executivo Federal jugoslavo, Bijedic. No final da visita à Jugoslávia, um comunicado conjunto publicado sublinha o compromisso de ambas as partes a uma política de não-alinhamento, «uma das componentes maiores da luta pela mudança de relações económicas e políticas de-

iguais entre os povos».

O Presidente Luiz Cabral deixará Bissau na manhã de domingo passado, acompanhado por uma importante delegação do Partido e do Estado, da qual faziam parte três membros do Governo, os camaradas José Araújo, Comissário Sem Pasta, Manuel Saturnino, Comissário dos Antigos Combatentes, e Lima Gomes, Comissário das Obras Públicas.

COOPERAÇÃO INDUSTRIAL COM ANGOLA

«Durante uma semana em Luanda, tive ocasião de contactar com os camaradas angolanos e de visitar algumas unidades industriais daquele jovem país», revelou ao «Nó Pintcha» o camarada Filinto Vaz Martins, comissário de Estado da Energia, Indústria e Hidráulica, que acaba de efectuar uma missão de cerca de quinze dias no estrangeiro.

«Angola possui uma infra-estrutura industrial muito superior à nossa e teve a oportunidade de visitar uma série de unidades, o que tem interesse, a longo prazo, para o nosso país», disse o camarada Filinto Martins, que esteve numa fábrica de tecidos, numa «mini-siderurgia», numa refinaria de petróleo e numa fábrica de cimento.

Armazéns do povo

Sabão e açúcar vão reaparecer

«Na próxima terça-feira esperamos ter à venda, sem restrições, nas nossas vinte e uma lojas dos subúrbios de Bissau e na loja da Av. 3 de Agosto, o sabão que tem faltado nos últimos dias, na capital», informou a nossa reportagem um alto funcionário dos Armazéns do Povo.

Quanto ao açúcar, outro produto de primeira necessidade que tem escasseado em Bissau, o director-geral adjunto dos Armazéns do Povo, Virgílio Bugalho, esclareceu que «sem que tivesse havido qualquer responsabilidade da nossa parte, a remessa esperada em fins de Fevereiro falhou», mas garantiu que chegará nova remessa, de outra origem, dentro de dias.

Referindo-se à especulação que continua a ser feita em torno da venda destes produtos, salientou que «todo o cidadão deve ser um fiscal, com a obrigação de alertar as autoridades sobre qualquer irregularidade verificada».

COMITÉ DE SOLIDARIEDADE DA R. D. A. VAI AJUDAR COM 5 MILHÕES DE MARCOS

«A República Democrática Alemã, apesar de ter saído da guerra totalmente destruída, é hoje um país poderoso, com uma economia nacional sólida, o que para nós, países em vias de desenvolvimento, serve-nos de exemplo, porque com esta experiência podemos ter a certeza que existe uma via que nos conduz à verdadeira liberdade, a uma verdadeira independência económica, exactamente aquilo por que lutamos hoje na nossa terra».

Estas palavras são do camarada Filinto Barros, secretário-geral da Presidência do Conselho de Estado, que acaba de participar, de 18 a 22 de Maio findo, em Farim, no IX Congresso do Partido Socialista Unificado da Alemanha, juntamente com o camarada Abílio Duarte, membro do CEL do PAIGC e ministro dos Negócios Estrangeiros de Cabo Verde, em representação do nosso Partido.

Falando ao «Nô Pintcha», o camarada Filinto Barros revelou que o Comité de Solidariedade da RDA prometeu uma ajuda ao nosso Partido no valor de cinco milhões de marcos.

Sobre os trabalhos do Congresso, disse que nele participaram cerca de 3 mil e 500 congressistas, aos quais se juntaram 102 delegações de 92 países. A

representação do PAIGC teve a honra de tomar parte no Presidium do Congresso.

«O PSUA reafirmou a sua decisão de continuar a apoiar, como sempre, os povos que lutam pela sua liberdade, contra o subdesenvolvimento», afirmou o camarada Filinto Barros, sublinhando a importância histórica deste Congresso, não só para a RDA e o campo socialista, como para todos os povos que lutam pela verdadeira independência.

«Extra Congresso, tivemos contactos frutuozos com dirigentes do Partido e num desses contactos houve a assinatura de um acordo entre o PAIGC e o PSUA, que diz respeito ao envio de camaradas da Guiné-Bissau e de Cabo Verde, para frequentarem cursos intensivos de política e administração, na RDA», informou ainda o camarada Filinto Barros.

Reorganização dos comités de base no sector de Bissorã

A reorganização dos comités de base do sector de Bissorã são o motivo de a deslocação, na passada quarta-feira, do camarada Papai Mendonça, Secretário para a Organização do Partido na região de Oio.

Após ter sido recebido pelo Presidente do Comité de Estado do sector local, camarada José Gomes, aquele responsável efectuou uma reunião de trabalho com todos os representantes dos comités de base, na qual foram tratados assuntos relacionados com a intensificação do trabalho político em cada tabanca e

direitos e deveres dos mesmos na salvaguarda dos interesses populares.

No prosseguimento da sua missão política naquele sector, o camarada Papai Mendonça seguiu no dia seguinte para as secções de Bissum-Naga, Binar e por fim de Encheia, com o fim de promover reuniões de esclarecimento com as populações locais.

CANTCHI INGO:

Imposto de medicamentos

Sob a presidência do camarada Gustavo Na Onta, Presidente do Comité de Estado do Sector de Cantchungo, realizou-se na terça-feira passada, no Cine-Clube local, uma importante reunião de esclarecimento à população, sobre as recentes medidas adoptadas pelo nosso Governo, no que respeita a obrigatoriedade na contribuição de certas taxas em dinheiro nos tratamentos e em medicamentos hospitalares, mediante as condições de cada indivíduo.

Vamos acabar com a exploração

Foi publicado no Boletim Oficial de 3 de Maio último um aviso do Comissariado de Estado de Comércio e Artesanato com o seguinte teor:

«Com o objectivo de evitar as explorações que se vêm verificando através de arrendamentos de estabelecimentos comerciais, o Comissariado de Estado do Comércio e Artesanato determina que, no prazo de sessenta dias a partir da data da publicação deste aviso no «Boletim Oficial», os proprietários dos estabelecimentos comerciais que se encontram a ser explorados em regime de arrendamento, deverão promover a anulação dos respectivos contratos, passando a dirigir os referidos estabelecimentos.

O não cumprimento desta determinação dentro do prazo indicado, implica o imediato encerramento do estabelecimento, bem como o cancelamento do respectivo alvará».

RESPONDE O POVO

Que pensa da visita de Samora Machel?

A presença, na próxima semana no nosso país, do Presidente Samora Machel, é mais do que mais uma visita de um dirigente amigo à Guiné-Bissau: tal como aconteceu já, durante a visita do camarada Presidente Agostinho Neto, ela será uma festa para o povo. Porque o povo da nossa terra, de Bissau ou de Morés, do Gabú ou do Como, conhece bem a Frelimo, é uma luta só, contra o inimigo comum, pelos mesmos objectivos.

«Se a Frelimo, o MPLA, o PAIGC e outros movimentos sempre lutaram juntos no passado, hoje é mais do que nunca os países recém independentes devem permanecer unidos», diz-nos M'Bali Clusé, ajudante-electricista, abordado pela nossa reportagem. «Para o grande combatente da liberdade que é o Presidente Samora, devemos estar todos prontos para receber», diz-nos.

Na opinião do professor do ensino secundário Agnelo Monteiro, «esta visita à nossa terra insere-se no novo tipo de relações normais entre os países africanos recém libertados do jugo colonialista português». E mais: «Estou inteiramente de acor-

do que a um dirigente deste, de que a África necessita, seja dispensada uma grande recepção, porque a sua visita não será um mero gesto de cortesia, ele virá cá para discutir, no âmbito da ex-CONCP, problemas comuns, com os nossos dirigentes».

Um outro leitor abordado pelo «Nô Pintcha», não tem prestado grande atenção aos últimos números e aos noticiários da rádio: mostrou-se surpreendido com a notícia da próxima chegada de Samora Machel! Trata-se de Luís Barbosa Vicente Júnior, funcionário dos Correios, que depois de agradecer, emocionado, a boa nova, pronunciou-se sobre o assunto: «Quando se trata de um homem revolucionário, fi-

lho de África, que conduziu o seu povo, sob a direcção da Frelimo, para a liberdade, devemos mobilizar-nos para o receber como um militante que não olha a sacrifícios quando se trata de enfrentar o inimigo».

O professor liceal Carlos Alberto considerou a visita do dirigente da Frelimo «um acontecimento histórico, pois sabemos o tipo de relação que existe entre os nossos dois Partidos e Governos. É mais um passo para a libertação da África e, em particular, da África Austral». Em sua opinião, «tudo leva a crer que durante a visita que efectuará aqui, o Presidente Samoar Machel manterá conversações com os nossos dirigentes máximos, sobre as possibilidades de ultrapassar a actual situação na África Austral, depois das medidas tomadas pelo Governo de Moçambique, quanto a encerrar as fronteiras com a Rodésia racista».

NO PINTCHA

Órgão do Comissariado de Estado de Informação e Turismo
Trisemanário Nacional de Informação

Sai às Terças, Quintas e Sábados

Preço: 2860

Redacção, Administração e Oficinas: Avenida do Brasil

TELEFONES

Redacção: 3713/3728

Administração

e Publicidade: 3728

ASSINATURAS (Via Aérea)

Guiné-Bissau e Cabo Verde

1 ano 400000

6 meses 250000

Outros Países Africanos

e Portugal

1 ano 500000

6 meses 300000

Serviços de Distribuição

e Vendas do «NO PINTCHA»

— Caixa Postal, 154

BISSAU — GUINÉ-BISSAU

FARMÁCIAS

HOJE — «MODERNA» — Rua 12 de Setembro, telefone 2702.

AMANHÃ — «CENTRAL» — Rua Vitorino Costa, telefone 2452.

SEGUNDA-FEIRA — «HIGIENE» — Rua António N'vana, telefone 2520.

TELEFONES

Hospital São Mandos:

Banco — 2868/2867

Bombas — 2222

Polícia

1.ª Esquadra — 3333

2.ª Esquadra — 3444

Correios:

Informações — 2600

Rádiodifusão Nacional — 2430

Aeroporto — 3001/4 (TAG-B)

TAP — 3991/3

Serviços Municipais:

Água e Electricidade — 2411

(das 7 às 17 horas)

Assistência à rede eléctrica — 2414

(das 16 às 24 horas)

Chegadas e partidas de navios — 2822/5

RÁDIO

EMISSIONES:

Das 6 às 8; das 12 às 15 e das 17 às 24 horas.

NOTICIÁRIOS:

As 7, 18, 19, 20 e 21 horas.

AGENDA DO DIA:

As 18,45 horas.

CINEMA

HOJE E AMANHÃ — As 18,30 horas — «O SOLITARIO DA NEVADA» — m/10 anos e às 20,45 horas — «ADÃO AS SEIS DÁ MÃNHÃ» — m/13 anos.

SEGUNDA-FEIRA — Filme a anunciar.

Pedro Pires

"A nossa maior prova de solidariedade para com os povos ainda oprimidos é a consolidação da independência"

«A nossa maior solidariedade para com os povos africanos, foi lutar pela nossa independência,

Cooperação com a Argélia

Esteve no país irmão em visita de amizade e trabalho o embaixador da República Democrática e Popular da Argélia.

Portador de uma mensagem do presidente argelino, Houari Boumediene, ao camarada Aristides Pereira, Secretário-Geral do PAIGC e Presidente da República de Cabo Verde, o embaixador argelino teve ainda conversações com os dirigentes do país irmão sobre a cooperação e o estreitamento dos laços, que desde a nossa luta armada de libertação, unem Guiné-Cabo Verde à Argélia.

«Antes de tudo, permitam-me exprimir toda a minha satisfação por me encontrar de novo em terras livres da República de Cabo Verde, onde anteriormente me deslocara para assistir às festas da vossa independência», começou por afirmar o embaixador da Argélia, pouco tempo após a sua chegada àquele país irmão.

«É com grande emoção que me encontro aqui pela segunda vez, no país de amor à liberdade e à dignidade, e tem para nós um significado profundo encontrarmos-nos no solo da Pátria do nosso grato irmão e companheiro de luta, camarada Amílcar Cabral, líder incontestável da África e da Revolução Africana».

«É também com emoção que aqui venho, país que considero também meu, para cumprir uma missão. Venho como enviado especial do Presidente Houari Boumediene e trago uma mensagem ao seu irmão e amigo, o Presidente Aristides Pereira», afirmou.

Entretanto, prosseguindo a sua intervenção, o embaixador da República da Argélia, disse ainda que deveria expressar toda a vontade do seu país, do seu dirigente e do seu povo, em desenvolver a cooperação em todos os domínios com a República de Cabo Verde o que, segundo disse, consideram como um dever, conforme o espírito de solidariedade internacional que sempre anima o seu país.

derrotar o colonialismo português, e a maior prova dessa solidariedade é construir agora na nossa terra um país progressista, de justiça, onde todos possam viver decentemente, construir um país verdadeiramente independente», começou por afirmar o camarada Pedro Pires, membro do CEL do PAIGC e Primeiro-Ministro da República irmã de Cabo Verde, numa entrevista concedida à Emissora Oficial do país irmão, onde definiu o acto fundamental de solidariedade para com os povos das ex-colónias, com os povos africanos, com todos os povos do mundo que ainda lutam contra a dominação colonial e imperialista.

Nessa entrevista, o camarada Pedro Pires salientou igualmente a importantíssima contribuição dada pelo PAIGC à libertação dos outros povos das ex-colónias portuguesas.

Actualmente, qual a melhor maneira de manifestarmos a nossa solidariedade para com os povos sob dominação racista, nomeadamente com os da África do Sul, Namíbia e Zimbábue? O camarada Pedro Pires é peremptório em afirmar que a maior manifestação da nossa solidariedade para com esses povos é a consolidação da nossa independência, é fazermos de Cabo Verde e da Guiné países económica, administrativa, militar e politicamente fortes.

O camarada Pedro Pires mostrou que o processo de independência dos povos sob dominação, embora seja longo, é irreversível. Frisou o isolamento em que se encontra o regime da África do Sul, isolamento que mais se acentuou com o fim do colonialismo português em África, onde aquela potência racista encontrava um dos seus apoios. Uma nova correlação de forças no mundo, particularmente em África, já existe a favor dos movimentos de libertação nacional, a favor da ideia de libertação nacional. «À medida que Angola e Moçambique se consolidaram como forças anti-colonialistas e anti-imperialistas, à medida que forem consolidando o seu regime interno, a correlação de forças na África Austral muda, e o regime da África do Sul torna-se mais fraco», disse o camarada Pedro Pires.

Quanto à Rodésia, salientou que este país se encontra numa situação bastante difícil, pois está entre Angola e Moçambique, sem portanto, qualquer futuro no plano militar. É um regime que está condenado a desaparecer.

Acontece que o 25 de Maio tem um triplo significado. Além de ser o dia da fundação da nos-

sa Organização Continental, assinala-se também nesse dia, o aniversário da tomada de Guilde e o começo das conversações entre Portugal e o PAIGC.

O camarada Pedro Pires falou, nessa entrevista, do grande abalo moral sofrido pelas tropas portuguesas com a perda do poderoso aquartelamento de Guilde, «uma das maiores derrotas militares do exército colonial em África», que veio demonstrar mais claramente a sua fraqueza face à decisão dos nossos combatentes. Falou igualmente das várias tentativas feitas pelo exército de ocupação para recuperar as áreas libertadas pelo nosso Partido, frisando, em especial, a tentativa de recuperação de Cubucaré, no sul do nosso país. O camarada Pedro Pires mostrou que todas essas dificuldades levaram o exército português à perda total de iniciativas, tendo ficado, de Abril a Maio de 1973, numa situação meramente defensiva, e ficado até isolado no meio dos seus próprios aliados. Encontrando-se nessa embaraçosa situação, todas as manobras foram utilizadas pelo Governo português no nosso país, através do seu comandante o general Spínola, toda a experiência sobre a luta anti-guerrilha — a experiência americana no Vietname, a francesa na Argélia e a inglesa na Malásia — foi aproveitada pelo governo colonial, para tentar neutralizar os grandes avanços, no campo político-militar e no campo diplomático, obtidos pelo nosso Partido.

No momento em que se deu o golpe de estado em Portugal, o nosso Partido, depois de assinalar toda a conjuntura interna e internacional, publicou um documento do CEL em 6 de Maio de 1974, onde declarava a sua disposição de resolver o conflito que opunha o Governo colonial ao nosso povo, politicamente, portanto, onde se mostrava disposto a sentar-se numa mesa de negociações com o Governo português (princípio, aliás que sempre tinha defendido como fim do conflito colonial), e onde, ao mesmo tempo, apresentava as condições para a negociação e negociações de um cessar-fogo.

«Em Londres, assinalou o camarada Pedro Pires, a delegação portuguesa deu mostras de ignorar totalmente a força do nosso Partido, pretendendo negociar um simples cessar-fogo, esquecendo considerar a Guiné um caso especial», dado que já tinha sido reconhecido por 86 países».

«O nosso Partido não aceitou esse tratamento especial» dado

(Continua na página 8)



Amílcar Cabral

De novo sobre os nossos bolseiros

«Claro que há aqueles que já fugiram. Há os que procuram trair o Partido, há os que já não se conseguem corrigir, e há alguns oportunistas que estão a aproveitar-se da bolsa que o Partido lhes deu, para amanhã agirem contra o Programa e os interesses do Partido. Alguns que pensam que, estudar é ir aprender coisas, para virem mandar na terra, para virem viver melhor que todos os outros. Há desses. Mas para esses, devemos estar preparados para recebê-los, nós que ficámos, que ficámos, que ficámos neles e que lhes desejamos todo o sucesso para poderem vir ajudar a levantar a nossa terra, como técnicos e cientistas. Devemos esperá-los com coragem e com os pés bem firmes no chão. Aqueles que, directamente ou através do caminho da deserção, procuram hoje ou amanhã estragar o nosso trabalho, temos que ter força, camaradas, para combatê-los e eliminá-los. Não podemos permitir que o Partido forme indivíduos que fiquem com a mentalidade de burgueses e de finórios, ou de bandidos e de traidores aos interesses do nosso povo.

Mas aqueles que se comportam como verdadeiros militantes e combatentes do nosso Partido, aqueles que, pelo seu estudo, obtêm vitórias na importante frente da formação de quadros, esses são nossos camaradas, nossos irmãos, e são motivo para o nosso orgulho.

Porque são dezenas e dezenas, talvez mesmo centenas de quadros de amanhã, que estão a ser formados. E devemos é para nós como qualquer combatente ou comandante que ganhou batalhas na frente da luta armada, como qualquer militante ou responsável político que mobilizou e organizou o povo e defendeu com coragem as nossas áreas libertadas.

Nós temos grandes esperanças nos nossos estudantes, particularmente nos mais jovens. Temos feito esforço para melhorar o seu nível de base e para dar bolsas aos mais jovens. A situação dos nossos estudantes tem-se melhorado. Isso é uma boa coisa, tanto para os estudantes eles mesmos como, o que é principal, para a defesa dos interesses da nossa luta pela independência e o progresso do nosso povo na Guiné e Cabo Verde.

Em relação aos nossos estudantes—, porque são nossos também queiramos ou não, são nossos—, que estão em Portugal, devemos estar contentes pelo facto de que a nossa luta levou o Governo de Portugal a dar muitas bolsas de estudo. Vocês mesmos, muitos de vocês que têm o 2.º grau, se estivessem em Bissau, já tinham ido estudar há muito tempo, porque hoje, basta levantar a cabeça, para os tugas darem logo uma bolsa de estudo. Até para criados de hotel se dão bolsas de estudo, hoje em dia, em Portugal. Isso é «djarama PAIGC», é fruto da nossa luta, é conquista da nossa luta já. Mas devemos estar satisfeitos com isso.

Porque são dezenas, talvez mesmo centenas de quadros de amanhã, que estão a ser formados. E devemos dar atenção a isso, porque muitos dos nossos quadros que estão a ser formados nos países amigos, não estão a ter uma formação tão boa, como alguns quadros que estão a ser formados em Portugal. É preciso que aqueles quadros formados nos países amigos, se dediquem bastante ao estudo, mesmo depois de receberem os seus diplomas, porque devemos confessar claramente, que há alguns que receberam diplomas, mas que não sabem quase nada daquilo que aquele diploma lhes deu. Sobretudo no plano, técnico, têm que estudar muito, para amanhã terem o valor de um engenheiro agrónomo, electro-técnico, formado em Portugal.

TERMINOU O SEMINÁRIO SOBRE INICIAÇÃO ECONÓMICA PARA SINDICALISTAS AFRICANOS

(Continuação da 1.ª página)

um membro dos sindicatos soviéticos, Ananiev Nicolai.

Assistiram à sessão de encerramento, além do camarada Comissário Principal, os camaradas Pascoal Alves, secretário-geral da UNTG, Carlos Correia, Comissário das Finanças, Armando Ramos, Comissário do Comércio, Filinto Martins, Comissário da Energia e Indústria, e Joseph Turpin, secretário-geral do Comissariado dos Negócios Estrangeiros. Os trabalhos do último dia principiaram com perguntas feitas pelos sindicalistas aos membros do Governo presentes. Foram abordadas diversas questões da política nacional, tais como a moeda nacional, as trocas comerciais com os países vizinhos, a estrutura da UNTG. Depois, usaram da palavra diversos oradores: os camaradas Pascoal Alves, Maurice Gasteau, e finalmente, o camarada Francisco Mendes.

Os sindicalistas participantes neste I Seminário sobre Iniciação Económica começaram ontem a deixar o nosso país, viajando hoje os restantes.

Pelo seu interesse e importância, apresentamos em seguida, na íntegra a intervenção feita ontem pelo camarada Comissário Principal.

O DISCURSO DE FRANCISCO MENDES

«Camaradas sindicalistas,

«Vós, cuja a vida está particularmente ligada à defesa intransigente dos interesses da classe operária e à confrontação, com a cruel máquina de exploração levada a cabo pelo patronado, compreendem melhor ninguém a importância que este seminário de iniciação à economia política tem para os trabalhadores da nossa região em geral e, em particular para o nosso povo da Guiné-Bissau.

Desde a vossa chegada a Bissau, como combatentes experientes, à margem do vosso curso, puderam constatar, tenho a certeza disso, a pesada herança que nos legaram os colonialistas portugueses e os esforços que dispudemos para tornar uma Guiné nova e próspera.

Nessa obra gigantesca de desenvolvimento económico, social e cultural do nosso país, um papel importante incumbe ao nosso instrumento de luta operária, a União Nacional dos Trabalhadores da Guiné.

Assim, para assumir esta pesada responsabilidade, para além da convicção política e ideológica que possuímos, os conhecimentos das leis económicas e das ciências políticas são indispensáveis a cada um de nós. É por isso que nós nos alegamos com a realização deste seminário na nossa capital e dos re-

sultados alcançados.

Os temas debatidos no decorrer do seminário, assim como as leis fundamentais da Economia Política, os diferentes modos de desenvolvimento económico, a crise monetária, as sociedades multinacionais, a Convenção de Lomé e as matérias primas, que são problemas candentes do momento e que opõem os nossos países em via de desenvolvimento aos países ricos, são a chave desta grave situação cujas consequências se fizeram sentir duramente em Nairóbi, na Conferência das Nações Unidas sobre o Comércio e Desenvolvimento.

Caros camaradas, O Terceiro Mundo, de que fazemos parte, sendo o principal fornecedor de matérias-primas do nosso planeta, recursos avaliados em parte de 75%, é difícil compreender esta disparidade nas relações internacionais económicas entre países ricos e pobres.

Constatamos claramente uma degradação nas relações de troca entre países fornecedores de matérias-primas e países industrializados. Os preços das nossas matérias-primas estão constantemente a baixar e os dos produtos manufacturados a subir, o que nos torna economicamente dependentes das nações industrializadas.

Esta dependência económica bastante avançada está a levar os países do Terceiro Mundo a tomar consciência do seu direito a estarem associados às grandes decisões que possam comprometer o seu futuro, o que explica os fracassos todos das Conferências Internacionais como as de PNUD, da CNUCED, da ECOSOC, da FAO e do direito do Mar.

Mas graças aos esforços conjugados das nossas jovens nações no seio do grupo dos 77, e das vossas acções nos vossos respectivos países, acções que se traduzem pela mobilização das nossas realidades, nós chegaremos a valorizar os nossos recursos, o que nos permitirá negociar com os nossos interlocutores industrializados em vantajosas e de cimeira em direcção ao desenvolvimento económico e social em geral e o desenvolvimento industrial, em particular, dos nossos Estados.

Caros camaradas,

No termo dos vossos trabalhos, que se desenrolam num ambiente de camaradagem, de sede do saber, eu gostaria, em nome da Direcção Nacional do nosso Partido e do Conselho dos Comissários de Estado da República da Guiné-Bissau, felicitar todos os participantes e os professores que não pouparam esforços para vos dotar da arma ideológica na luta comum contra toda a forma de exploração e de opressão.

(Continuação da 1.ª pág.)

Antes mesmo de festejar o seu primeiro aniversário, a República de Moçambique conseguiu tornar-se o «pivot» de uma nova fase decisiva na luta libertadora dos povos da África Austral.

É à volta de Samora Machel que os dirigentes da Tanzânia, da Zâmbia e do Botswana reencontraram a via de acção unitária esquecendo tudo que os divide. É no interior das fronteiras moçambicanas que a resistência do Zimbabué, cercada pelo entusiasmo e sacrifício dos combatentes da Frelimo, se pôs ao abrigo de «complots» e das perniciosas rivalidades entre os seus chefes «históricos».

A Frelimo não fez segredo disso: segundo ela, só a luta de libertação de longa duração pode levar um povo colonizado à liberdade e à edificação de uma sociedade sem exploração.

Contudo, a Frelimo sabe muito bem que a Revolução não pode ser nem exportada nem imposta. Assim, ficará à disposição dos nacionalistas do Zimbabué o caminho militar e político que forem levados a escolher.

Esta mesma solidariedade, total e desinteressada, é oferecida hoje pela FRELIMO ao movimento nacionalista da África do

Sul. Nenhum país africano está melhor colocado que Moçambique para «estudar o monstro», para aplicar a palavra de ordem da Frelimo que pede para «em primeiro lugar definir o inimigo». Depois de anos e anos de apoio tão radical como eficaz, os patriotas sul-africanos podem hoje preparar-se, em Moçambique, para a fase final do seu combate.

O papel africano e internacional que Moçambique tem vindo a desempenhar não é nem um milagre nem o resultado do génio de um punhado de dirigentes. É antes o fruto de uma longa luta durante a qual foram varridos sucessivamente todos os obstáculos e equívocos.

Raramente como em Moçambique será possível constatar uma ligação tão profunda entre a política interna e externa de um partido revolucionário.

Porque a força principal da RPM reside primeiramente neste homem novo que, longe de ser uma palavra vã, vive tanto em Samora Machel como no mais humilde militante encontrado nos quatro cantos do país.

Eis algumas das razões que nos levam a transcrever parcialmente a entrevista que o Presidente Samora Machel concedeu recentemente à «Áfrique-Asie».

AFRIQUE-ÁSIE — A República Popular de Moçambique não é, certamente, o primeiro estado do Terceiro-Mundo cujo nascimento é o resultado de uma guerra de libertação, longa e heróica. É, no entanto, embora vocês estejam na primeira fase da vossa independência, e se não tiveram ainda tempo de transformar a realidade do vosso país, tem-se já a impressão de que a vossa experiência é, desde já, tão exemplar quanto o foi no tempo dos combates.

Falou-se e fala-se ainda hoje, do «segredo» da Frelimo, de qualquer coisa inexplicável que teria permitido ao vosso partido, multiplicar as suas vitórias, ultrapassar todos os obstáculos, vencer em situações onde fracassaram tantos outros movimentos de libertação. Qual é, portanto, o segredo da FRELIMO?

SAMORA MACHEL — Muita gente se integrou e se interrogava ainda, acerca do segredo da vitória da Frelimo. Penso que seria necessário, antes de responder, pôr uma outra questão. Por que é que se assistiu à desintegração ou mesmo ao desaparecimento de um certo número de movimentos de libertação? Porque é que, movimentos nacionalistas que travaram a luta armada, que, no decurso desta luta, se mostraram unidos e fortes, que chegaram a mostrar características de partido, se desagregaram uma vez chegados ao poder? Há aí, muito que estudar e sobre que reflectir.

No que nos diz respeito, impõe-se uma primeira constatação. Desde o seu nascimento até aos nossos dias, a FRELIMO apareceu como um movimento sólido e homogéneo. Como o con-

seguimos? Considerando sempre como fundamental o problema ideológico no desenvolvimento da nossa luta. Demos prioridade à ideologia.

FORJAR A UNIDADE IDEOLÓGICA

A.A. — Mas, nem toda a gente está de acordo quanto à prioridade a conceder à ideologia. Chega mesmo a dizer-se que, sobretudo nas primeiras fases de uma luta de libertação, a «questão ideológica» poderia dividir as forças em vez de as congregar.

S.M. — A nossa experiência existe, para demonstrar o contrário. É verdade, há uma fase inicial, de unidade nacional, no decurso da qual é sobretudo necessário constituir uma primeira plataforma que seja o ponto de congregamento de um conjunto de forças. Mas, uma vez mobilizadas estas forças, em torno da plataforma, é imperioso definir a sua unidade ao nível ideológico. Dar-lhe uma perspectiva clara e comum.

Nós temos sido capazes de forjar esta unidade ideológica e o resultado é que, hoje, os nossos inimigos pretendem que os homens da Frelimo, e sobretudo os dirigentes, «não pensam». A realidade, é que nós pensamos todos da mesma maneira, e que os nossos inimigos estão chocados com isso. Eles não podem compreender que não se trata de uma limitação, mas muito mais de uma força da nossa experiência; que se trata do resultado de um trabalho e de um esforço enorme; que se trata de conquistas que se obtêm de um dia para o outro ou seguindo os livros.

SAMORA MACHEL A NOSSA CONSTRUÇÃO



No encadeamento dos anos e no decurso da luta, soubemos compreender e definir o que podia e devia unificar a nossa maneira de ver as coisas, de lutar, de pensar. Forjámos um pensamento comum.

DEFINIR UM MODELO DE COMPORTAMENTO

A.A. — Chegámos a esta disciplina lendária dos militantes da FRELIMO.

S.M. — Fala-se também de «disciplina militar», de constrangimento e de outras coisas.

Há pessoas que não gostam da nossa disciplina. Mas, é preciso que nos entendamos. Como eu dizia, nós esforçamo-nos por transformar a ideologia e, de uma força espiritual fazer uma força material. Nós falamos também de «interiorização» da linha política por parte de cada militante. Ora, mesmo se alguns dos nossos amigos nos dizem que «exagerámos», nós sabemos que a nossa atitude sobre este ponto é correcta, que a coesão nas nossas fileiras apenas pode obter-se definindo um modelo de comportamento que condicione toda a nossa vida.

A sobriedade o desenvolvimento, numa palavra, o estilo de vida do militante da Frelimo, não são o resultado do constrangimento nem do medo.

A nossa disciplina — disse mais adiante o presidente Samora Machel — vem do conhecimento profundo das estruturas e das tarefas da nossa organização. Há quem fale de constrangimento, eu respondo que, na medida em que ela constitui uma nova maneira de viver, a nossa disciplina é acima de tudo uma libertação do homem.

À "AFRIQUE-ASIE"

A TAREFA PRINCIPAL LUTAR POR UMA SOCIEDADE NOVA

Mas o colonialismo não é o inimigo mais perigoso. Há uma maneira errada de ver as coisas, uma certa mentalidade que conservamos e que é preciso abater a qualquer preço. Eis um inimigo muitíssimo mais perigoso. Quando se trava, como nós, a luta ao nível ideológico, a tarefa é muito difícil. Não basta ler nem estudar, nem ter boa vontade. É preciso em cada momento, situar o inimigo e atacá-lo. Porque, ainda hoje, após tantas vitórias, com o nosso programa correcto e toda a nossa experiência, podemos muito bem perder a nossa batalha revolucionária.

VER O MUNDO
COM OLHOS DE CAMPONÊS

A.A. — Quando a FRELIMO fala na destruição total da sociedade actual, da ordem social herdada com a independência, a que género de transformação se refere? Realizar-se-á este processo por etapas, ou um ritmo forçado?

S.M. — Quando falamos de dar prioridade à política, não é uma palavra vã. Durante a guerra, aprendemos muito bem a mobilizar o nosso povo e a travar as nossas batalhas no seio das massas.

Foi-nos necessário, e é-nos ainda, ligar-nos aos camponeses, aos explorados. Muito frequentemente, trata-se de homens isolados, que viveram longe do colonialismo, sem o «ver». Ao mesmo tempo que se lhe dá uma consciência da exploração, que se ilustra este fenómeno e os seus mecanismos, os nossos militantes aprendem a ver o mundo com os olhos de um camponês, a compreender as suas verdadeiras aspirações. Eis o que nos dá o direito de falar da FRELIMO como do legítimo representante dos interesses populares. Esta linha de massas, é adoptada em todos os domínios. Vejamos o caso da exploração da mulher, aceite pela sociedade tradicional e cientificamente organizada pelas sociedades capitalistas que, com a prostituição, chegaram à comercialização da mulher. Pois bem, eis um combate que já iniciámos, mas que estamos longe de ter já ganho. Fizemos muito, mas não se pode ainda falar da supressão generalizada da dependência da mulher. Ela é, ainda, vítima da opressão, ela passa do estado de subordinação ao pai ou de subordinação ao marido. A maioria das mulheres moçambicanas apesar dos esforços da FRELIMO, não tomou ainda consciência das engrenagens da exploração. Constatamos, pelo contrário, um certo fatalismo.

Vejamos o caso da juventude. Na sociedade tradicional, os jo-

vens estão já privados da sua iniciativa.

O nosso trabalho de mobilização, — concluiu Samora Machel — visa derrubar todas estas barreiras, antigas e novas, dar a todos, com a nossa ideologia, os meios de libertar a sua energia. Para transformar este conjunto de energia e de força espiritual numa força material capaz de mudar tudo.

NÃO SUBSTITUIR O PERIGO
DA BURGUESIA NASCENTE

A.A. — A Frelimo definiu o seu combate como uma luta de classes, durante a guerra. Mas, hoje ainda, depois da independência, vocês dão relevo aos antagonismos de classes sociais existentes depois da queda do colonialismo?

S.M. — Seria um erro acreditar que pelo facto de termos içado a nossa bandeira nacional tínhamos feito desaparecer a divisão da nossa sociedade em classes. Nós estamos, pelo contrário, muito conscientes da existência de categorias sociais reaccionárias com vocação burguesa e capitalista. Daí a necessidade de nos definirmos em relação a eles.

Desde que a Frelimo dirige o Estado moçambicano, estas classes perderam o poder. Elas estão em vias de se reorganizarem. Elas já encontraram alguns novas armas de luta política, por exemplo os «boatos que correm». É uma verdadeira arma cujo alcance não se desestimar.

Assistimos actualmente a uma aliança entre a classe colonial propriamente dita e a burguesia local nascente. Porque o colonialismo, nos seus últimos anos, tinham compreendido muito bem que a maneira mais eficaz de lutar contra a Frelimo era promover o nascimento e a consolidação de uma burguesia nacional que tomara o lugar do colonialismo e conteria a luta revolucionária.

Este processo foi amortecido. Notamos nas cidades e sobretudo aqui, em Maputo, numerosos elementos da população que têm um sentido de classe, de classe dominante é claro, muito agudo. Eles foram capazes de desalojar centenas de pessoas pobres para construir os «seus» bairros. Eles já têm hábitos, modelos de comportamento, interesses comuns a defender. Hoje que os seus privilégios estão em perigo eles aliam-se aos colonos que não podem mais prosseguir a sua luta política abertamente. São os colonos que alimentam ideologicamente a burguesia local, sugerindo-lhe «slogans». Ouve-se dizer, por exemplo, cada vez mais, que se vivia melhor na época colonial por-

que não existia tal ou tal problema.

E no entanto, eu, posso compreender que se queira perpetuar os privilégios. Mas como se pode comparar a liberdade e a opressão?

Essas pessoas sustentam uma luta perdida de antemão mas, no entanto, nós não substituímos o perigo que elas constituem como classe, como inimigo permanente das classes laboriosas. Pelo contrário, seguimos a sua evolução, as suas tentativas de infiltração.

Houve manobras da burguesia local que já fracassaram. Assim, alguns tinham pensado que depois da tomada do poder, ao fim de um certo tempo, a Frelimo teria uma grande necessidade de quadros qualificados e que seria certamente entre estes «evoluídos» que iria ser obrigada a procurá-los. Eles pensaram desta maneira tomar conta do aparelho do Estado e bloquear ou desviar os nossos projectos.

Mas nós não temos esta necessidade absoluta de técnicos e de quadros administrativos de que a burguesia dispõe mais que a Frelimo. Não temos medo de tornar, numa primeira fase, o aparelho de Estado menos eficaz, na condição de que ele mantenha a sua inspiração e o seu carácter populares. É sempre melhor de que ter um Estado teoricamente eficaz mas inteiramente nas mãos da pequena burguesia porque estaríamos então totalmente dependentes do nosso inimigo de classe. Quantos países africanos conheceram este fenómeno e caíram assim nas mãos das classes privilegiadas!...

Destruiremos todas as estruturas e as tendências que são próprias do sistema capitalista. É o povo que se deve apropriar de tudo porque o único «qualificado» no nosso país, foi o povo que lutou pela sua libertação.

Numa certa medida podem-se já prever as iniciativas da burguesia. Ela não hesitará, por exemplo, aliar-se com a África do Sul em nome do «realismo económico», do pretensão bem-estar do país, para combater aquilo a que se chama a crise económica. Mas qual crise? Se houve uma crise no nosso país, é a crise do sistema capitalista-colonialista que morre, e é uma crise que era inevitável, que tem as suas raízes no passado. Esta crise, nós não a desejamos. Os «realistas» não são os que querem salvar o capitalismo moribundo — e que, ontem, justificaram o sistema colonial e dele aproveitaram — mas nós, que queremos reconstruir a economia nacional em bases novas.

Sim, as classes existem e elas existirão durante muito tempo. Mesmo se se tratar de classes mal definidas ou, por vezes, de simples tendências de classe.

Tomemos o feudalismo que, embora pouco desenvolvido, existe em Moçambique. Ele é aliado da burguesia. Os filhos dos senhores feudais entram, directamente nas fileiras da burguesia urbana. E os senhores da terra! Alguns pretendem ainda,

nos nossos dias, que a terra «pertence» a tal ou tal indivíduo. Não se pode admitir isso.

A DESCOLONIZAÇÃO
MENTAL

A.A. — Basta hoje visitar, mesmo rapidamente, Moçambique independente para notar as profundas diferenças que existem entre as zonas libertadas do tempo da guerra e o resto do país. Como pensam transpor esse fosso?

S.M. — É inegável. Há uma parte do país que se libertou durante a guerra, e uma outra parte libertada depois, devido à derrocada do colonialismo português. Lá, onde a luta se desenvolveu a um tal nível que a própria presença do colonialismo fora eliminada, assistimos a um rapidíssimo desabrochar da sociedade. São regiões onde as iniciativas das massas estão em pleno desenvolvimento, onde os homens possuem uma maneira muito lúcida de ver os problemas e uma superior capacidade de os resolver. É o resultado da luta de libertação.

A ausência desta descolonização mental, quer dizer a não-afirmação da personalidade nacional, eis o primeiro problema que se constata nas zonas que foram libertadas de um dia para o outro, onde o inimigo permaneceu fisicamente até ao fim. Nestas regiões, onde o homem não pode superar este estado de dependência, dir-se-ia que a população vive como que sentimento de vazio. A passagem muito rápida e muitas vezes inesperada para a liberdade, criou a incerteza. Pergunta-se, aí: quem vai agora proteger-nos? Quem vai surgir, para substituir o colonialismo? Há ali, uma parte da população que sempre viveu sob o signo da «autoridade» e subjugada por ela. É preciso tempo, até que esta gente possa dar-se conta de que a nova autoridade não virá de longe nem do alto; que ela reside no próprio seio do povo.

É este período de transição, certamente difícil sob várias perspectivas, que faz falar de uma crise. É urgente entender a significação a dar a este termo.

Onde não existe nenhuma crise, é nas antigas zonas libertadas. A partida do exército colonial, o fim da guerra, melhoraram muito a vida de uma população cujo primeiro desejo era resistir ao inimigo; e como se trata de uma população que, desde há anos, vivia de uma maneira organizada, estava politicamente muito consciente e tinha uma enorme confiança na aptidão do homem para resolver os seus problemas, assiste-se a surpreendentes progressos. Nas zonas libertadas, não se espera ninguém, não se reclama a intervenção de ninguém. A criatividade das massas basta para vencer os obstáculos e modificar radicalmente a realidade quotidiana.

Voltando às zonas ocupadas até ao final pelo inimigo, o nos-

(Continua na página 6)

FUTEBOL

Ténis - Benfica jogam hoje para o campeonato

Com a questão do título resolvida (à Udib, com quatro pontos de avanço sobre os seus mais directos rivais, faltam dois jogos — Cantchungo e Gabú — relativamente fáceis), foram marcados para este fim de semana os encontros a contar para a vigésima-quinta jornada do campeonato nacional de futebol.

Esta noite, às 21 horas, no estádio «Lino Correia», em Bissau, defrontam-se o Ténis Clube, a equipa dos empates nesta prova, e o Benfica, na partida mais importante da jornada. Antes, de tarde, pelas 17 horas, jogam Ajuda e Sporting de Bafatá.

Amanhã, também na capital, a Udib recebe o Cantchungo e este deverá ser o jogo de consagração dos novos campeões, que sucedem assim aos Balantas de Mansoa, na conquista do campeonato nacional de futebol.

Nos restantes encontros da jornada, nos campos do interior do país, defrontam-se Bissorã e Bula, Balanta e Gabú, Bolama e Sporting e Tombali e Farim.

Por outro lado, reiniciam-se, amanhã, os jogos de reservas e juniores, com os jogos Farim-Sporting (reservas) e Sporting Udib (juniores).

PRESIDENTE SAMORA MACHEL

Moçambique - Construir uma sociedade nova

(Continuação das centrais)

so principal problema é explicar, ali, e demonstrá-lo, bem entendido, que é preciso abandonar inteiramente o sistema instaurado, pelo colonialismo. É preciso evitar, a todo o preço, que tentem reproduzir o mecanismo do colonialismo ao nível económico, mas também social e cultural, sem colonialistas. A FRELIMO está em vias de demonstrar a esta parte da população que, não somente não temos necessidade de imitar o colonialismo, mas que podemos fazer e realizar aquilo que o colonialismo não soube ou quiz fazer.

O RISCO DA CONTAMINAÇÃO CAPITALISTA

A.A. — Sim, mas o fenómeno não é provavelmente num único sentido. O projecto da FRELIMO é estender o Poder Popular, que é já uma realidade nas zonas libertadas, à totalidade do país; mas, existe também o perigo que esta nova sociedade, que viu o dia graças à guerra de libertação, e onde o conjunto do modo-de-vida capitalista foi enterado, seja de algum modo contaminada pelo contacto inevitável com o resto do país. Como pensa a FRELIMO proteger deste risco as zonas libertadas?

S.M. — O risco existe. E nós devemos fazer como o jardineiro que quer proteger a sua horta de plantas seleccionadas, tratando-a e desinfectando-a diariamente. Isto não é fácil. A sociedade que edificamos nas zonas libertadas, e que permanece o nosso exclusivo e único «modelo», é o nosso laboratório científico, onde vive o homem novo.

É preciso, antes do mais, prosseguir este trabalho, promover o desenvolvimento desta sociedade, estudar o passado e o presente desta experiência para poder imaginar o futuro. É um trabalho a longo prazo, que será inicialmente confiado à nossa escola do partido. É a escola do partido posta ao serviço das zonas libertadas e provida dos nossos melhores quadros, que se ocupará do nosso «laboratório».

Para os militantes da FRELIMO, será um privilégio ir trabalhar para as zonas libertadas. Evidentemente, apenas homens que prestaram as suas provas podem assumir uma tal responsabilidade.

Que se lhes pede? Consolidar e desenvolver o que se criou no decurso da luta, acelerar a destruição de tudo aquilo que estamos em vias de apagar, impedir esse contágio de que fala.

Sem que nos apercebamos, a velha sociedade edificada pelo colonialismo e destruída pela luta, reaparece aqui e ali nas zonas libertadas. Por enquanto, trata-se de detalhes, de certos hábitos, que facilmente influenciaram a juventude (a maneira de vestir, de passar o tempo, de conceber as relações humanas), que constituem os primeiros passos para o abandono das regras que o homem novo escolheu para si próprio.

Taras como o alcoolismo, a prostituição e toda a forma de imoralidade, que foram completamente extirpadas nas zonas libertadas, não devem em absoluto voltar ali.

Nas zonas libertadas está ainda, como disse, a escola onde queremos formar, reciclar e consolidar os novos moçambicanos. Falo, sobretudo, dos dirigentes, mesmo dos ministros, que continuam, como no tempo da guerra, a passar uma parte do seu tempo nas províncias, sem excepção. É ali, no nosso «laboratório», que se aprendem os nossos métodos de trabalho: a discussão colectiva, a crítica e a autocrítica, em resumo, as regras da vida colectiva. É ali que se aprende a ver o mundo com os olhos das massas populares.

UM EXÉRCITO DE PRODUÇÃO E DE COMBATE

A.A. — Moçambique independente conheceu dificuldades devido à tendência, em alguns meios das Forças Populares, de separar os militares do resto da sociedade, de codificar um certo número de privilégios.

A resposta da Frelimo foi rápida e eficaz. E no entanto põe-se um problema. Num país como Moçambique, directamente ameaçado pela arrogância dos regimes racistas vizinhos, a defesa nacional permanecerá durante muito tempo um objectivo prioritário. Noutros termos, Moçambique é obrigado a continuar militarmente forte.

Como evitar que esta necessidade não provoque conflitos entre o poder popular e os militares?

S.M. — Nós não faremos mais que continuar a aplicar os métodos empregados durante a luta, quando o inimigo se encarniçara contra as zonas libertadas e quando as Forças Populares deviam constituir, com as massas populares, uma sólida muralha.

Era necessário defender, consolidar as posições, avançar. Mas a simbiose entre as Forças Populares e o povo era total. O povo participou na guerra e o exército participou na produção. Porque nós pensamos que um exército que luta sem produzir está condenado a morrer. Ele é obrigado a perder a sua superioridade que é a dos exércitos populares. Este seria um exército que, não participando na actividade quotidiana do homem e na sua evolução, não poderá fazer no seu seio o homem novo, libertado dos seus complexos, devotado aos interesses das massas populares. Esse seria um exército que não participa na vida do povo, um exército parasitário.

Quando dizemos que o exército deve produzir para apoiar o combate, o nosso objectivo não é «ocupar» os soldados, inventar uma actividade que os impeça de se fecharem nas casernas. Nós pensamos em qualquer coisa de mais profundo. Nós trabalhamos, mas é o trabalho que

nos modela. Nós somos o produto do trabalho. Um exército em que os homens não estão integrados no processo de produção acaba inevitavelmente por se afastar das massas, para constituir uma classe social diferente e antagonista. Ele vai conhecer contradições no seu seio e não terá capacidade de as ultrapassar porque não será capaz de se analisar nem de analisar a sociedade. Esse será um exército estático, incapaz de planificar, de distribuir as tarefas no seu seio, de estabelecer objectivos. Corpo estranho no conjunto da sociedade, ele não viverá as inquietações do povo, mas as suas próprias inquietações. Ele começará a ocupar-se dos soldados e do nível de vida dos seus elementos. Tornar-se-á conservador, até reaccionário.

Onde pode então o exército encontrar a capacidade de lutar e vencer? Na produção.

Onde poderá ele obter uma consciência de classe? Na produção.

Como irá ele resistir aos divisonismos e às agressões ideológicas? Como irá ele fazer uma definição correcta do inimigo e saber que poder é necessário construir? A resposta está sempre na produção e não nas armas.

Antes da independência nós tínhamos um exército de combate e de produção. É necessário libertar a terra para poder produzir. Agora que a terra está livre e que se produz, deve-se lutar para proteger a produção. O nosso exército deve-se transformar num exército de produção e de combate.

Pequenos anúncios

PERDEU-SE

Uma carteira contendo bilhete de identidade, carta de motorista, registo de propriedade e livrete pertencentes ao camarada Luís Victorino Pinto L. da Silva. Gratifica-se e agradece-se a quem os encontrar o favor de entregar na redacção deste jornal ou na casa Costa.

AGRADECIMENTO

Aida Alice A. Martins de Sousa, filhos e familiares, na impossibilidade de poderem agradecer pessoalmente a todos que os acompanharam durante o internamento e depois da morte do saudoso marido, pai e parente, António Macedo de Sousa, vêm por este meio agradecer todas as atenções e visitas recebidas.

AGRADECIMENTO

Aida Alice A. Martins de Sousa, agradece penhoradamente a mãe, neira dedicada e humana com que foi tratado o seu marido António Macedo de Sousa no hospital Simão Mendes, em especial as atenções e esforços dos camaradas Dr. Ramirez, enfermeiras e serventes do recobro da 3.ª Enfermaria do referido hospital.

DOS LEITORES

Campo de jogos: local de trabalho

Do nosso leitor F. Perdigão, futebolista de um dos clubes da capital, recebemos uma carta, com pedido de publicação, em que dá conta de um facto ocorrido, «no seu local de trabalho, que é o campo de futebol».

Pergunta se «um indivíduo, qualquer que seja o seu local de trabalho, não tem o direito pleno de acesso a esse local e pela porta principal?». Explica, seguidamente, que tal pergunta tem razão de ser, porque em Bissau, no «Lino Correia», em dia de jogo oficial, «os jogadores para irem ver os seus companheiros de outras equipas actuar, voluntariamente como eles, num espectáculo pago, têm de entrar por uma pequena porta lateral, muitas vezes depois do jogo já ter começado».

Tal facto lamenta-se o nosso leitor futebolista, «é tanto mais grave quanto nós sabemos que só pode entrar uma pessoa de cada vez por essa porta» e, além disso, «serve também de bilheteira e de porta de entrada para a garotada borlêsta». Há o perigo, diz-nos o nosso leitor desportista «desses meninos ficarem traumatizados, devido aos empurrões que eventualmente podem sofrer».

Fazendo questão de salientar que o campo de futebol é um dos seus locais de trabalho, F. Perdigão apresenta uma sugestão: «porque é que não se destina um portão exclusivo, mente para os desgraçados dos jogadores, já que não têm direito ao acesso pela porta principal?». E acrescenta que «isso evitaria mais desgastes aos jogadores, que já sofrem muito dentro do rectângulo de jogo».

E termina, salientando que «os jogadores têm o mesmo direito a entrar no campo como qualquer cidadão, que compra bilhete, pois eles conquistam o cartão de livre-trânsito com o suor dos próprios rostos!»

Ralye automóvel do BNG

Está prevista para os próximos dias 19 e 20 do corrente a realização de uma prova automobilística denominada «Ralye do Banco Nacional da Guiné-Bissau», numa iniciativa do Centro de Formação do B.N.G..

A prova será constituída por duas etapas. A primeira, entre Bissau e Gabú, com passagens por Mansoa, Mansabá, Bafatá e Sonaco. A segunda etapa, entre Gabú e Bissau, com as mesmas escalas. O percurso total será de 440 quilómetros, havendo

no dia 20, domingo, da parte da tarde, no final do Ralye, uma prova complementar de gincana, na Praça dos Heróis Nacionais, na capital.

O preço das inscrições é de 500 pesos, sendo atribuído prémios até o sexto lugar. O primeiro classificado terá 1 taça e 10 mil pesos, o segundo 1 taça e 7 mil e 500 pesos, o terceiro 1 taça e 5 mil pesos e os restantes, 1 taça cada um. A primeira senhora classificada terá um prémio de 2 mil e 500 pesos.

LONDRES (AFP) — O governo britânico recebeu a autorização de enviar um observador para o processo de um grupo de mercenários, que deve abrir a 8 de Junho, em Luanda, anunciou em Londres, o Ministro dos Negócios Estrangeiros. O observador, Huger Byatt, um diplomata de carreira, exercendo actualmente, em Londres, terá deixado ontem a capital britânica para Lisboa donde sairá com destino a Angola.

NIGÉRIA PRONTA A AUXILIAR COMBATENTES DA RODÉSIA

NAIROBI (AFP) — O governo federal nigeriano está pronto a dar uma ajuda militar directa aos combatentes da liberdade da Rodésia, declarou na quarta-feira, em Nairobi, o alto-comissário da Nigéria no Quênia, Baka Kolo. Esta ajuda será dada se a OUA o pedir ao governo nigeriano, precisou. O alto-comissário recordou que a Nigéria tinha já concedido um milhão e meio de dólares a Moçambique devido à sua decisão em fechar as fronteiras com a Rodésia.

MARIEN N'GOUABI: MEDALHA «JOLIOT-CURIE»

BRAZZAVILLE (AFP) — Foi concedida ao Presidente Marien N'Gouabi, pelo Conselho Mundial da Paz, a medalha «Joliot-Curie», anunciou-se na quinta-feira em Brazzaville. Uma outra distinção, a «Medalha de Solidariedade», foi igualmente concedida ao chefe de estado congolês pela Organização de Solidariedade dos Povos da África e da Ásia.

ORGANIZAÇÃO AFRICANA DA MADEIRA CRIADA EM LIBREVILLE

LIBREVILLE (AFP) — Foi criada na quarta-feira, em Libreville, a Organização Africana da Madeira. Os textos constitutivos dessa Organização foram solenemente assinados por 14 países. A Organização Africana da Madeira está aberta a todos os países da África produtores e exportadores de madeira, indicou, nomeadamente o ministro Kwaou, presidente da conferência numa breve intervenção, a seguir à assinatura dos textos constitutivos da Organização, cuja sede permanente será em Libreville.

MELO ANTUNES RECEBIDO POR ANDREI GROMYKO

MOSCOVO (AFP) — As conversações que se realizaram na quinta-feira, em Moscovo, entre Ernesto Melo Antunes, ministro português dos Negócios Estrangeiros e Andrei Gromyko, seu homólogo soviético, «basearam-se sobre certos problemas soviético-portugueses, assim como questões internacionais de interesse comum», reporta a agência Tass. Durante um jantar que ofereceu ao seu hóspede português, Gromyko felicitou-se pelos acordos concluídos entre a URSS e Portugal há dois anos, acrescentou a agência soviética. O ministro dos Negócios Estrangeiros soviético acrescentou que «a posição de Portugal e da URSS eram próximas sobre numerosos problemas internacionais» e agradeceu a Portugal pelo papel que jogou no tempo da Conferência de Helsínquia.

DE 27 A 28 DE JUNHO CIMEIRA ECONÓMICA DOS «SETE»

WASHINGTON (AFP) — A cimeira económica dos «sete» terá lugar, em Porto Rico, a 27 e 28 de Junho, anunciou na quinta-feira o Presidente Gerald Ford. Esta cimeira reunirá os chefes de estado e do governo dos Estados Unidos, França, Alemanha Ocidental, Itália, Japão, Reino Unido e Canadá, precisou Gerald Ford, numa declaração feita da sala de imprensa da Casa Branca.

TANZÂNIA: OS PARTIDOS TANU E AFRO-SHIRAZI VÃO FUNDIR-SE

DAR-ES-SALAM (AFP) — Os membros do Partido no poder na Tanzânia, TANU, aceitaram a recomendação que lhes tinha sido feita em Setembro último pelo Presidente Julius Nyerere, para fundir-se com o Partido no poder em Zanzibar, o Partido Afro-Shirazi.

O Comité Executivo do TANU, reunido na nova capital tanzaniana de Dodoma, indicou que o Partido tinha tomado esta resolução por uma esmagadora maioria (6 383 comités pronunciaram-se a favor, e 6 contra).

O Comité Executivo do Partido Afro-Shirazi deve, pelo seu lado, encontrar-se com os membros do Partido a fim de ver se eles aceitam esta fusão. Os dois comités executivos encontrar-se-ão, provavelmente, em seguida, para examinar as consequências desta fusão e as suas modalidades.

COMUNICADO

SÍRIO-SOVIÉTICO

DAMASCO (AFP) — A Síria e a União Soviética reafirmaram ontem «que não poderá existir uma paz justa e durável no Médio-Oriente, sem uma retirada total de Israel de todos os territórios árabes ocupados em 1967 e a restauração dos direitos nacionais do povo árabe-palestino».

O comunicado sírio-soviético, publicado ontem em Damasco, no final da visita oficial na Síria de Alexei Kossyguine sublinha, por outro lado, que «a URSS e a Síria proclamam a sua determinação em prosseguir a cooperação visando encontrar uma solução global para o Médio-Oriente».

Sobre a situação no Líbano, as duas partes «exprimiram a sua profunda inquietação quanto à persistência da crise libanesa, que resulta de um «complot» das forças imperialistas e sionistas. As duas partes afirmam a sua determinação em prosseguir com os esforços para pôr termo à efusão de sangue para um retorno à segurança e à paz no Líbano e para a garantia da unidade do seu território, da sua independência e soberania».

ENCONTRO KISSINGER VORSTER

CABO (AFP) — O primeiro-ministro racista sul-africano, John Vorster encontrou-se com o Secretário de Estado norte-americano, Henry Kissinger, na Alemanha Ocidental a 23 ou 24 de Junho anunciou na sexta-feira, no Cabo, o ministro dos Negócios Estrangeiros, Hildgard Muller.

Durante a sua estadia na Alemanha, Vorster presidirá igualmente a uma conferência de embaixadores sul-africanos acreditados na Europa, América do Norte e Médio-Oriente, acrescentou o ministro.

Hildgard Muller recusou-se entretanto a revelar o local exacto onde se desenrolarão estes encontros.

Os observadores não excluem a possibilidade de Vorster visitar outros países europeus antes ou depois da sua estadia na Alemanha.

NÃO-ALINHADOS EM ARGEL CONDENAM O REGIME DE TERROR IMPOSTO PELAS MINORIAS AOS POVOS DO ZIMBABWE E NAMÍBIA

O Bureau dos não-alinhados, que é composto de representantes de 17 países, condenou «o regime de terror imposto pelos regimes minoritários aos povos africanos do Zimbábue e Namíbia» denuncia «a recente decisão do governo francês em fornecer reactores ao regime sul-africano». Pede ao governo francês para que «reconsidere nesta decisão, cuja aplicação terá repercussões gravíssimas para a luta contra o odioso sistema do apartheid, assim como para a paz e segurança da região».

O Bureau lançou, além disso, «um apelo à França para que conceda a independência real e incondicional ao povo da Somália dita francesa, numa atmosfera susceptível de permitir ao povo exercer o seu direito incondicional a auto-determinação e à independência».

O Bureau «denunciou a intervenção do governo francês nos assuntos internos dos Comores e exortou-o a suspender as medidas tomadas com vista a quebrar a unidade dos Comores, destacando a ilha de Mayotte do conjunto comoriano e exige o respeito da unidade nacional e da integridade territorial deste país».

O Bureau «reafirmou o direito do povo sahariano à autodeterminação e considera que esse direito deverá ser exercido sob a supervisão das Nações Unidas conforme as decisões do grupo dos não-alinhados da Organização da Unidade Africana e da Assembleia Geral das Nações Unidas e, especialmente, da sua «30.ª sessão».

Lembrou as posições dos países não-alinhados no que diz respeito a outros problemas políticos, nomeadamente a questão do Chipre, a reunificação da Coreia, o desarmamento e o desanuviamento e a revisão da Carta das Nações Unidas.

Na parte económica, o comunicado final fez o ponto da aplicação das medidas tomadas pela «cimeira» de Argel para desenvolver as relações económicas entre os países não-alinhados, o Bureau analisou a situação internacional sobre o plano económico, depois da conferência de Dakar e de Lima e pregoniza uma série de recomendações, destinadas a serem ratificadas quando da próxima «cimeira» de Colombo com vista a reforçar a posição dos países produtores em perspectivas das próximas grandes negociações económicas com os países desenvolvidos. Analisando sumariamente os resultados da Conferência de Nairobi (CNUCED - 4), o Bureau dos países não-alinhados «lamentou a atitude negativa de certos países desenvolvidos em relação à criação de fundos do programa integrado dos produtos de base e as medidas visando a reduzir a dívida dos países em vias de desenvolvimento».

Exprimiu, entretanto, «a sua satisfação perante o papel positivo desempenhado por certos países desenvolvidos nessa Conferência e «pede a todos os países desenvolvidos que exprimam as suas reservas ou

que se abstiveram nas resoluções aprovadas pela Conferência para reconsiderar a sua atitude e dar prova de vontade política necessária nos esforços, tendo em vista a criação de uma nova ordem económica internacional».

NOVOS MEMBROS DOS NÃO-ALINHADOS

ARGEL (AFP) — Os trabalhos do Bureau de Coordenação dos países não-alinhados incidiram na terça-feira à noite sobre os pedidos de adesão formulados por vários países tais como: Portugal, Filipina, Roménia e Turquia.

O caso das ilhas Seychelles, Angola e ilhas Canárias foram julgados positivos e a sua adesão recomendada.

Foi consagrado um estudo particular ao Movimento de Libertação da Nova Guiné.

A comissão económica, sobe-se, recebeu uma comunicação de Hernan Santa Cruz, director do Centro Internacional para o Desenvolvimento e um relatório da Associação dos Economistas do Terceiro Mundo.

OUA: CIMEIRA NA ILHA MAURÍCIA

PORTO LOUIS (Ilha Maurícia) (AFP) — William Eteki Mboumoua, Secretário-Geral da Organização da Unidade Africana (OUA) confirmou na quinta-feira, à sua chegada a Porto Louis, que a 13ª cimeira da OUA terá lugar na ilha Maurícia.

Interrogado sobre as informações provenientes de Adis-Abeba, segundo as quais, a Cimeira não teria lugar na Ilha Maurícia, porque se encontram empregados nos serviços de transmissão da ilha, técnicos sul-africanos, o Secretário-Geral indicou, somente, que estas informações não são provenientes da OUA. Considerou, entretanto, que se um estado membro tinha relações comerciais, ou outras, com a África do Sul, isso poderia prejudicar a OUA na sua denúncia do «apartheid» e racismo do regime de Pretória.

Mboumoua indicou igualmente que na ordem do dia da Cimeira figuram, nomeadamente, os resultados da 4ª CNUCED, que se realizou em Nairobi, a Conferência de Vancouber sobre o «habitat», a ajuda e cooperação entre os estados membros, e o relatório do Comité de Libertação da África Austral.

Declarou também que o problema do Djibouti será examinado. Acerca do fornecimento de centrais nucleares à África do Sul, Mboumoua considerou que este comércio constitui uma agressão caracterizada contra os próprios objetivos da OUA. «Constatamos, disse, que a aliança do mercantilismo e do imperialismo

(Continua na página 8)

COMITÉ DE LIBERTAÇÃO DA OUA DISCUTIDA A QUESTÃO DO SAHARA

DAR-ES-SALAM (AFP) — Marrocos e a Mauritânia não conseguiram impedir a inscrição da questão do Sahara no relatório geral da 27ª sessão do Comité de Libertação da OUA, que será transmitido ao Conselho dos ministros da organização, no fim do mês na Ilha Maurícia.

Segundo vários delegados, esta questão foi novamente levantada na passada quarta-feira pela Argélia, durante um debate animado, depois da apresentação de um relatório do Secretariado Executivo do Comité sobre a evolução dos movimentos de libertação em África.

Preocupou-se, das mesmas fontes, que o relatório inicial não mencionava o problema sahariano. Os argelinos fizeram valer então, nomeadamente com o apoio do Presidente moçambicano dessa 27ª sessão, que o problema tinha sido levantado aquando da 26ª reunião do comité em Maputo em Janeiro último e que tinha sido pedido que uma recomendação seja feita ao Conselho dos ministros da OUA para um reconhecimento da Frente Polisário.

Durante uma reunião em Adis-Abeba, no início de ano, OUA tinha limitado a tomar nota da proclamação da República Árabe Saariana. Marrocos e a Mauritânia tinham ameaçado nessa ocasião deixar a organização se a Polisário fosse reconhecida como um movimento de libertação africano.

Segundo a delegação argelina, a degradação da situação no terreno no Sahara, atingiu um ponto em que não é mais possível a OUA não tomar posição. Para o chefe da delegação de Argel, o embaixador Belkaiem Benyahia, «urgente desportar a atenção do Conselho dos ministros da OUA sobre a situação grave do povo sahariano e sobre

a ameaça da paz e da segurança na região».

O ministro dos Negócios Estrangeiros da R.A.S.D., Hakim Ibrahim, encontra-se em Dar-ES-Salam, mas não assiste aos debates do Comité de Libertação. Numa declaração à «France Press» na quarta-feira passada, ele tinha condenado nomeadamente Marrocos e a Mauritânia pela sua «agressão colonialista» e rejeitado a tentativa de mediação do Senegal entre o Marrocos e a Argélia. A jornada de quinta-feira foi consagrada a apresentação do relatório da comissão de inquérito enviada em Abril último a Djibuti pela OUA.

Segundo fontes do Comité o relatório que deve ser igualmente submetido ao Conselho dos ministros na Ilha Maurícia não deverá ser objecto de uma discussão hoje. Não está excluído no entanto que a sua apresentação suscite controvérsias nomeadamente entre a Somália e a Etiópia.

A O.U.A. E A COSTA DA SOMÁLIA

DAR-ES-SALAM (AFP) — O Comité de Libertação da OUA mostrou-se «preocupado pelo facto de que a França não tenha convidado os dois movimentos de libertação de Djibuti (FLCS — Frente de Libertação da Costa da Somália — e o MLD — Movimento de Libertação de Djibuti) para a conferência que devia ser realizada brevemente em Paris sobre as modalidades de acesso do território à independência». Toda a jornada de quinta-feira, precisou um porta-voz oficial, foi consagrada ao exame pela 27ª sessão do Comité de Libertação do relatório de inquérito da missão da OUA enviada a Djibuti no último mês de Abril.

Angola na O.I.T.

GENEVBRA (AFP) — Angola foi admitida na Organização Internacional do Trabalho. A Assembleia Anual votou, em Genebra, esta admissão por unanimidade. Os Estados Unidos abstiveram-se.

Angola tornou-se o 132.º membro desta Organização, fundada em 1919 e cuja assembleia anual reúne por cada país, dois delegados governamentais, um empresário e um sindicalista.

Houve 392 votos pela admissão, zero contra as cinco abstenções: dois delegados governamentais americanos, os seus homólogos uruguaios e outro membro uruguaio.

Imediatamente após o voto, Good Horowitz, chefe da delegação governamental americana, declarou que, pelo seu lado, isso «não modifica nada a política do seu país em relação a Angola».

Participar na Reconstrução Nacional

Alfabetização: um exemplo a seguir

Da secção de Informação e Propaganda do Departamento de Alfabetização, recebemos o seguinte comunicado:

Foi amplamente divulgada pelos nossos órgãos de Informação, a viagem de um grupo de trinta e seis jovens a Tombali, aonde durante estas curtas férias (pós-provas periódicas), iriam desenvolver contactos com a população local, responsáveis e dirigentes do Partido e Estado, com vista a um melhor conhecimento das realidades da região, para o lançamento de uma campanha de alfabetização nas férias grandes. Aos elementos da Comissão de Coordenação de alfabetização cabia a orientação do trabalho de pesquisa e ganhar experiência, pois, como havíamos dito, é a primeira do género, na área civil.

É justo, no entanto, destacar que foram esses jovens que tomaram a iniciativa de contactar o Departamento de Alfabetização do Ministério da Educação Nacional e Cultura, no sentido de lhes ser facultada uma pessoa que os habilitasse para o trabalho de alfabetização que pretendiam fazer durante o tempo livre das férias.

Iniciativas deste género que, aliás, são um exemplo a seguir, devem-se multiplicar no seio da nossa Juventude, nas escolas e bairros, empresas públicas e privadas, departamento do Estado enfim, em todos os locais de trabalho. Já que o grande contingente de monitores necessários ao trabalho de alfabetização encontra-se precisamente na grande massa de jovens.

Se considerarmos a especial atenção, desde o princípio, dada pelo nosso Partido à Juventude e à confiança sempre nela depositada e, se ontem, perante a luta armada de Libertação Nacional, coube à nossa Juventude um papel activo e decisivo na expulsão do opressor colonialista, também hoje lhe cabe igual papel na destruição da odiosa herança por ele deixada, traduzida no analfabetismo, ignorância e miséria. Na certeza de que, fazendo alfabetização no seio do nosso povo, cada

jovem estará contribuindo para a Reconstrução Nacional, para a libertação da iniciativa criadora das grandes massas trabalhadores da nossa terra na cidade ou nos campos, na edificação de uma sociedade isenta da exploração do homem pelo homem.

Queremos aqui lembrar uma parte do discurso proferido pelo Camarada Luiz Cabral (também Presidente da Comissão Nacional de Alfabetização) na sessão de abertura da Assembleia Nacional Popular em que, abordando os múltiplos aspectos da nossa agricultura, base da nossa economia, dizia: «... Temos que alertar todo o povo para a defesa da nossa riqueza florestal. Essas árvores permitem que chova com abundância na Guiné; se forem cortadas e não forem substituídas, a chuva cessará a rarear. Devemos ensinar o nosso povo, durante a campanha de alfabetização, a defender a nossa terra. Não só por nós, mas pelos nossos filhos e netos...».

Daqui ressalta a importância da alfabetização verdadeiramente integrada nas actividades da Reconstrução Nacional.

Passamos agora a transcrever alguns extractos do Balanço Crítico do Trabalho de Alfabetização já realizado e das perspectivas que se nos abrem nesse campo. Esse documento é produto de uma análise crítica sobre a experiência de alfabetização até aqui realizada, na nossa terra, e contou com a participação de alguns camaradas do IDAC (Instituto de Acção Cultural, dirigido pelo professor Paulo Freire) que na altura se encontravam no nosso país, em visita de estudo.

FORMAÇÃO DE MONITORES

a) Papel do monitor

O monitor não é apenas o responsável pelo treino das alfabetizandos na técnica de ler e escrever. Ele é principalmente o agente de mobilização política dos alfabetizandos (educador político). E ele é responsável pela pesquisa inicial da realidade socio-económica dos alfabetizandos e dos objectivos políticos do PAIGC no local determinado. Esta pesquisa é que vai gerar os temas que constituirão o próprio conteúdo da alfabetização. Portanto, é o monitor o responsável pela ligação concreta do aprendizado de ler e escrever com as actividades políticas e socio-económicas da Reconstrução Nacional. Cabe à Comissão de Coordenação mobilizar e capacitar os monitores para esses objectivos, assistindo-os no trabalho da alfabetização e ajudando-os a compreender criticamente as experiências.

b) Capacitação de monitores

Nesta etapa de experimentação, estamos decididos a capacitar um número limitado de monitores, para desenvolver experiências de alfabetização em áreas escolhidas como prioritárias, segundo critérios propostos acima. Estas experiências fazem parte integrante do processo de formação de monitores, e serão assistidas de perto pela Comissão de Coordenação. O monitor definirá o conteúdo dessas experiências, pesquisando os aspectos mais dinâmicos da realidade socio-económica dos alfabetizandos e recebendo dos Comissariados nela envolvidos as directrizes políticas do Partido para o trabalho local. Estamos já em entendimento com os Camaradas da Saúde e Assuntos Sociais com vista a capacitar mo-

nitores para as tarefas de alfabetização e educação sanitária simultaneamente.

Pedro Pires: Consolidar a independência

(Continuação da página 3)

à Guiné tendo, além disso, a preocupação, durante as negociações, que as soluções encontradas não viessem prejudicar a situação das outras colónias e, especialmente, que não prejudicassem o futuro de Cabo Verde.

«Em Portugal, fazia-se tudo para que triunfassem as ideias defendidas pelo general Spínola no seu livro «Portugal e o Futuro», onde ele apresentava uma solução neo-colonial para os territórios que na altura se encontravam sob administração portuguesa», frisou o camarada Pedro Pires, tendo-se referido às posições não aceitáveis do Governo português, posições essas que levaram a uma interrupção das negociações, que foram retomadas depois em Argel, onde foi assinado um acordo, que marcava para o dia 10 de Setembro o reconhecimento pelo Governo português da República da Guiné-Bissau e onde aquele Governo reconhecia o direito do povo de Cabo Verde à autodeterminação e independência. Nesse mesmo acordo ficou estipulado que a normalização das relações entre Portugal e a Guiné-Bissau dependeria da maneira como o Governo português pusesse em prática o processo de descolonização em Cabo Verde.

Cimeira da OUA

(Continuação da página 7)

mo impedem o exercício dos direitos do homem e a emancipação dos povos e a amizade», sublinhando que é muito fácil converter as centrais nucleares para lhes dar um uso militar.

«A África do Sul não tem necessidade de armamentos nucleares para dominar os negros do interior do país. É evidente que os armamentos servirão contra os estados africanos independentes», acrescentou. Ao evocar o problema do Djibouti, desejou que tivesse lugar entre a França e as diferentes partes desse território, uma reunião verdadeira.

Enfim, o Secretário-Geral dissipou todo o mal-entendido sobre a realização da cimeira da OUA na Ilha Maurícia e sobre a elegibilidade do Primeiro-Ministro maurício para a presidência da OUA: «Isso resulta da decisão dos chefes de estado».

BREJNEV — ANTUNES: ENCONTRO EM MOSCOVO

MOSCOVO (AFP) — Leonid Brejnev, Secretário-Geral do PC soviético teve, em Moscovo, conversações com o comandante Ernesto Melo Antunes, ministro português dos Negócios Estrangeiros. Durante o encontro, que se desenrolou numa «atmosfera amigável e de compreensão», Brejnev e Melo Antunes exprimiram a vontade da URSS e de Portugal «de contribuir, por todos os meios, para o aprofundamento do desanuviamento, saneamento da atmosfera internacional e para a consolidação da paz», indicou a agência. Brejnev declarou, especialmente que «o povo português, como qualquer outro povo, tem o direito de seguir o caminho que ele próprio escolheu», indicou, além disso a Rádio-Moscovo. O Secretário-Geral exprimiu «a simpatia e a solidariedade dos soviéticos para com o povo português».

PORTUGAL: PINHEIRO DESISTE?

LISBOA (AFP) — O almirante Pinheiro de Azevedo, Primeiro-Ministro português, admitiu, implicitamente, que iria renunciar à candidatura para as eleições presidenciais. O Primeiro-Ministro nas suas declarações, feitas antes da sua partida para uma curta visita a Aveiro, no norte do país, disse que «desprovida de todo o apoio político, a sua candidatura, a menos que apareça um milagre, não teria chance de sucesso. Estas condições, disse, vou, sem dúvida, ter que rever a minha posição». Pinheiro de Azevedo indicou que contactará o Partido Socialista e outros partidos políticos. Concluiu, ainda antes de partir: «Há outros cargos sem ser o do Presidente da República».

Se o almirante Pinheiro de Azevedo retirar a sua candidatura, os portugueses só terão de escolher entre os três candidatos: general Ramalho Eanes, major Otelo Saraiva de Carvalho e Octávio Pato, candidato do Partido Comunista.

«O DIÁRIO» DEFENDE A REFORMA AGRÁRIA

LISBOA (AFP) — O jornal comunista «O Diário» lança um apelo à vigilância popular, para defender as recolhas de cereais do Alentejo contra eventuais incêndios criminosos. «A Reforma Agrária: O tempo de um fósforo», esta imagem, segundo «O Diário» será frequentemente empregada nas «conversações dos reacconários do CDS e PPD».

LÍBANO

SÍRIA INTERVÉM

BEIRUTE (AFP) — Chegou a hora da verdade no Líbano: realizar imediatamente um entendimento entre os beligerantes sob os auspícios do presidente Elias Sarkis ou suportar uma «paz» imposta pelos sírios tal é o dilema perante o qual se encontravam colocados, ontem, os dirigentes libaneses, cristãos ou muçulmanos, progressistas ou conservadores.

Um primeiro passo no caminho deste entendimento tinha sido dado na passada quarta-feira durante a entrevista de Kamal Joubblatt, líder da esquerda libanesa, com Bechir Gemayel, responsável militar das Falanges. Nos meios políticos, esperava-se ontem, um outro encontro também significativo senão mais, desta vez, entre o chefe da esquerda e Camille Chamoun, antigo presidente da República, chefe do Partido Nacional Liberal e rival político tradicional de Joubblatt, na região montanhosa de Chouef de predominância druze, mas onde vivem igualmente numerosos maronitas.

PORTUGAL

EANES QUER TER BOAS RELAÇÕES COM OS NOVOS PAÍSES AFRICANOS

LISBOA (AFP) — O general Ramalho Eanes declara, no seu manifesto eleitoral, que se trata de construir em Portugal «um socialismo à medida do homem português, um socialismo à medida do homem português que não se já decalcado por qualquer modelo estrangeiro, mas baseado nos valores históricos e culturais».

O chefe do Estado-Maior do Exército proclama a sua vontade de defender com intransigência «os direitos fundamentais dos trabalhadores, dificilmente conquistados, e que estão futuramente consagrados na Constituição». Afirma que a reconstrução da economia nacional não será ao preço desses direitos mas «exigirá uma maturidade política crescente que permita não sacrificar o futuro a ilusões utópicas ou a vantagens imediatas».

O general Eanes considera que o sector público «deverá procurar a sua viabilidade para deixar de ser uma carga, e poder desempenhar enfim, o papel dinâmico que lhe compete no desenvolvimento nacional». Paralelamente, indica,

que a iniciativa privada terá o seu próprio papel a jogar e as pequenas e médias empresas desbaratadas até ao 25 de Abril de 1974 pelo capitalismo monopolista, receberão futuramente todo o apoio que as suas actividades justificam.

O general Eanes afirma igualmente que a Reforma Agrária deverá ser levada a cabo com tenacidade «para acabar com o feudalismo latifundiário, corrigindo os excessos cometidos, e impedindo que outros sejam cometidos».

Após ter reafirmado o seu compromisso de respeitar rigorosamente a Constituição, o general Eanes declara, por fim, que uma participação activa nas instituições europeias é um imperativo ao qual Portugal não se pode furtar. Sublinhou igualmente a vontade de Portugal em manter relações de cooperação e amizade com todos os países do mundo em particular, com o Brasil, e os novos estados africanos de expressão portuguesa baseado no princípio de não ingerência nos assuntos internos dos estados.